

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL – CPA, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO BURITI, NO DIA 09 DE MAIO DE 2013 AS 10:00 HORAS.

1. A sétima reunião do Conselho de Políticas de Assentamento Rural - CPA foi presidida pelo Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo e Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, que iniciou a atividade destacando a pauta da reunião, a saber: 1) posse dos novos conselheiros; 2) apresentação da proposta de governo dos imóveis a serem indicados pelo CPA para o PRAT; 3) informes.
2. Antes de iniciar o tratamento da pauta da reunião, foi passada a palavra para o ex-deputado distrital Cafu, autor do projeto da Lei 1.572/1997, que criou o PRAT. O convidado destacou a importância do momento vivido pelo Distrito Federal, com a relevância simbólica do Palácio do Buriti se abrir para receber os movimentos sociais do campo e encaminhar as demandas dos trabalhadores rurais acampados nos Distrito Federal. Lembrou ainda de momentos importantes da luta pela terra no centro-oeste, em especial as ocupações de terras ocorridas nos anos de 1994 e 1995 na Fazenda Sarandy e Barriguda, que originaram os primeiros assentamentos no Distrito Federal. Destacou, ainda, a importância do poder público distrital buscar as experiências exitosas em outras regiões do Brasil, como é o caso da construção de casas em assentamentos no Rio Grande do Sul. Por fim, agradeceu a oportunidade de poder participar da reunião e, ao fazer o uso da palavra, prestar sua homenagem à história de luta dos trabalhadores rurais.
3. Passou-se então para o primeiro ponto de pauta. Foi informado pelo presidente da reunião da designação dos novos conselheiros, sendo eles o Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal Lucio Taveira Valadão, na qualidade de Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo, em substituição à Abdon Henrique de Araújo; o Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário Gustavo Augusto Gomes de Moura, na qualidade de Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo, em substituição a Marcelo Burguez Pires; o Deputado Distrital Robério Bandeira de Negreiros Filho, na qualidade de Conselheiro Titular Representante do Poder Legislativo, em substituição a Sidney da Silva Patricio.
4. Seguiu-se com a apresentação, feita pelo Conselheiro Gustavo Augusto Gomes de Moura e pela equipe técnica de sua subsecretaria, da proposta do governo de imóveis a serem indicados pelo CPA para destinação para o PRAT. A apresentação levou em consideração um breve diagnóstico social, com informações sobre o ano da ocupação, localização, movimento social organizado presente na área, número de famílias acampadas; diagnóstico ambiental agrônomico, com informações sobre o zoneamento de acordo com o

PDOT, APA na qual o imóvel está inserido e zoneamento da mesma, mapa geológico e pedológico; mapa com proposta de demarcação de APPs e Reserva Legal. Os imóveis apresentados foram: I) duas poligonais localizadas na Colônia Agrícola Aguilhada, cidade de São Sebastião, denominadas "Quilombo" e "Mangueiral", a primeira com área estimada de 479,31 ha e a segunda 422 ha; II) três poligonais localizadas também na cidade de São Sebastião, denominadas "Camapuã", "Estrela da Lua" e "15 de Agosto", com áreas estimadas, respectivamente, de 169 ha, 57 ha e 400 ha; III) a poligonal denominada Santarém, na cidade de Samambaia, com área estimada de 246 ha.

5. À apresentação dos imóveis seguiu-se a explicação do fluxo processual do PRAT, com apresentação dos prazos estimados para cumprimento de todas as etapas necessárias para regularização dos imóveis, criação dos projetos de assentamento, seleção de beneficiário e aplicação das políticas de infraestrutura e desenvolvimento.
6. O Conselheiro Representante do Fórum de Entidades Agrárias, Francisco Miguel de Lucena, questionou sobre a não inclusão, na apresentação feita pelo Governo, das áreas de propriedade da união que os trabalhadores rurais estão reivindicando para assentamento, em especial o pré-assentamento Chapadinha. O Conselheiro Representante do Poder Público e Coordenador Adjunto de Articulação Intergovernamental da Secretária de Estado de Governo, Jean Lima, explicou que o Governador Agnelo instituiu dois espaços que trabalham em conjunto, mas possuem especificidades: o Conselho de Política de Assentamento – CPA e o Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária - FPRA. O CPA está restrito à atuação prevista em sua lei de criação e nos decretos que regulamentam sua atuação, atuando atualmente somente na gestão dos assentamentos a serem criados em áreas de propriedade da TERRACAP. As áreas de propriedade da União seguirão o procedimento tradicional, onde a Secretaria de Patrimônio da União – SPU fará a doação das glebas a serem destinadas aos trabalhadores rurais para o INCRA SR 28, que procederá aos encaminhamentos necessários para criação dos projetos de assentamento. A discussão sobre as áreas de propriedade da união será feita no espaço institucional do FPRA, que conta com a participação de representantes dos movimentos sociais, dos órgãos do Distrito Federal e de órgãos do Governo Federal. Informou ainda que a próxima reunião do FPRA ocorrerá no dia 23 de maio de 2013, no salão nobre do palácio do Buriti. Em seguida, o Conselheiro Gustavo Augusto Gomes de Moura explicou que o pré-assentamento Chapadinha está localizado na fazenda Palma e Rodeador, nas cidades de Sobradinho e Brazlândia, e que a citada fazenda é de propriedade da União. Dessa forma, o CPA não tem competência para deliberar sobre os encaminhamentos relativos a essa área, reforçando a indicação feita pelo Conselheiro Jean Lima de que as áreas da união serão debatidas nas reuniões

do FPRA. Em complementação, reforçou o compromisso do GDF, em especial da equipe técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de fazer todos os esforços possíveis para regularizar todas as áreas demandadas pelos trabalhadores rurais, seja nas fazendas de propriedade da TERRACAP, seja nas de propriedade da União. Citou ainda, como exemplo, a atuação dos técnicos do GDF na elaboração do Relatório de Viabilidade Ambiental da área onde está inserido o pré-assentamento Chapadinha, etapa fundamental para a regularização do imóvel em questão. Após as explicações, o conselheiro Francisco Miguel de Lucena deu-se por satisfeito com os esclarecimentos prestados e mencionou o reconhecimento da FETRAF DFE, entidade que preside, pela atuação comprometida dos órgãos do Distrito Federal.

7. O Conselheiro representante das entidades agrárias, José Mário Silva de Souza, elogiou a apresentação feita pelo governo, reforçando o reconhecimento de todos os movimentos sociais ao esforço e comprometimento que o GDF tem demonstrado nos últimos meses. Entretanto, solicitou que fosse observada a necessidade da indicação de mais áreas para o assentamento de trabalhadores rurais, tendo em vista que a proposta apresentada atende uma pequena parcela das famílias acampadas. Também solicitou que fosse observada a importância dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores que atuam junto às famílias acampadas, de forma que cada movimento social ou organização sejam contemplados de forma equilibrada, garantindo que entre as famílias acampadas que forem beneficiadas como assentadas tenham quantitativos representativos de todos os movimentos sociais e organizações.
8. O Conselheiro Jean Lima respondeu à ponderação apresentada pelo Conselheiro José Mario da Silva Souza, informando que o governo está atendo as questões por ele apresentada e que fará o esforço necessário para identificar novas áreas que possam ser destinadas aos trabalhadores rurais.
9. Após as considerações, o pleno do Conselho deliberou, unanimemente, pela aprovação da proposta apresentada de imóveis a serem indicados para o assentamento de famílias pelo PRAT.
10. Concluído o segundo ponto de pauta, passou-se aos informes. O Conselheiro representante do Poder Público e Diretor de Regularização de Imóveis Rurais da TERRACAP, Moisés Marques, relatou a ação de fiscalização integrada realizada na região de São Sebastião, no imóvel de propriedade da TERRACAP Papuda II, nas proximidades do acampamento 15 de agosto. Tal ação foi motivada pela denúncia apresentada pelas próprias famílias acampadas, que informaram aos órgãos públicos que nas proximidades do acampamento haviam várias situações de parcelamento irregular de área pública. Na quarta-feira, 08 de maio de 2013, representantes da fiscalização da Secretaria de Agricultura, fiscalização da TERRACAP, fiscalização do Instituto Brasília Ambiental, da Secretaria de Ordem Pública e Social, da Agência de Fiscalização do DF e da Delegacia de Meio Ambiente vistoriaram o imóvel, tendo identificado diversos pontos de parcelamento irregular do solo, com a venda de parcelas e diversas

irregularidades ambientais, como a perfuração de cisternas e poços sem a devida outorga de águas e a construção em áreas de preservação permanente. Após essa vistoria integrada, cada órgão irá deflagrar as ações que lhe são de competência, visando coibir o processo de grilagem de terras públicas e reconstituir as áreas que são de patrimônio da TERRACAP. O Conselheiro Moisés Marques ressaltou, ainda, que com essa ação o GDF demonstra que as ações de governo de diálogo com os movimentos sociais e com as demandas legítimas por reforma agrária e políticas de assentamentos não se confunde com a tolerância à grilagem das terras públicas, e que o Governo atuará de forma enérgica, como o tem feito ao longo dos últimos dois anos, para coibir crimes ambientais e a venda ilegal de bem público.

11. Ao final, o Conselheiro representante do Poder Público e Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lúcio Taveira Valadão, ressaltou os avanços que o GDF tem tido na política de assentamentos e reforçou o compromisso de todo o sistema público da agricultura, com a participação da própria secretaria e da EMATER DF e CEASA DF, em atender de forma prioritária as famílias que serão assentadas, de forma a garantir que em um curto espaço de tempo estas possam sair da condição de vulnerabilidade social que se encontram e possam alcançar um adequado desenvolvimento social e econômico. Tendo cumprido todos os pontos de pauta e não tendo nenhum conselheiro querendo fazer uso da palavra, o Conselheiro Lúcio Valadão deu a reunião por encerrada.

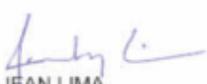
Ata lavrada pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.

Conselheiros Presentes:


GUSTAVO PONCE DE LEÓN SORIANO LAGO

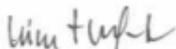
Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo

Secretário de Estado de Governo


JEAN LIMA

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Coordenador Chefe Adjunto de Articulação Intergovernamental – SEGOV



LÚCIO TAVEIRA VALADÃO

Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo

Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural



GUSTAVO AUGUSTO GOMES DE MOURA

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAGRI



MOISÉS JOSÉ MARQUES

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Diretor de Regularização de Imóveis Rurais – TERRACAP



FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA

Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder da FETRAF/ DF



JOSÉ MÁRIO SILVA DE SOUZA

Conselheiro Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder da MBST/ DF

ANTÔNIO JÚLIO ROGUEIRA DA SILVA

Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder do MATR/DF



IVANILDE MARIA DE JESUS

Conselheira Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder da UNIBRAS